

A volta à recessão, uma saída?

Mais recessão e menos emprego. Esta é a receita para desacelerar a inflação neste segundo semestre, segundo afirmou o diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, professor Julian Chacel, após uma conversa com o ministro Delfim Neto ontem em Brasília. No entanto, segundo Chacel, qualquer decisão quanto ao prosseguimento ou não da atual política não deve ser tomada isoladamente por Delfim ou por qualquer outra autoridade, mas sim pelo conjunto do governo, ouvidos os setores representativos da sociedade.

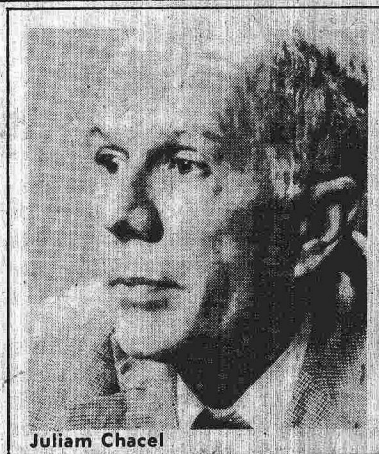
Para Chacel, faz parte do preço da liberalização política, tal como foi imaginada, um adicional de inflação que a sociedade terá de pagar. Disse que o Finsocial integra o esforço de liberalização política, ainda que não passe de uma "incoerência" fiscal, que contraria todos os princípios da reforma tributária de 1967.

Segundo Chacel, três fatores explicam a alta taxa de inflação de junho e podem determinar a continuidade do processo de alta: a situação de liquidez mais frouxa da economia, o que levou o governo a tomar medidas restritivas ao crédito ao consumidor; as expectativas inflacionárias geradas pelo Finsocial, uma contribuição social em forma recorrente, ou em "cascata", e as despesas governamentais típicas de um ano eleitoral, que pressionam certas categorias de preços.

Chacel admitiu que o índice de custo de vida calculado pela Fundação Getúlio Vargas, com base em levantamentos de 1974, carece de modernidade, acrescentando que uma nova pesquisa de orçamentos familiares, apenas no Rio de Janeiro, custará Cr\$ 300 milhões e levará um ano para ser concretizada.

Recursos externos

A contratação de empréstimos externos em junho atingiu 1,601 bilhão de dólares, após a captação de somente 1,046 bilhão em maio. O Brasil conseguiu assegurar, no primeiro semestre, o ingresso de 10,222 bilhões, correspondentes a



Julian Chacel



Delfim Neto

73% dos 14 bilhões de dólares de que o país precisa para fechar o balanço de pagamentos deste ano, informou ontem o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano.

Os empréstimos contratados no primeiro semestre somaram 8,723 bilhões, mas o país tinha o total de 2,268 bilhões de recursos captados até dezembro último para ingresso em 1.982. Deste total de 10,991 bilhões, 769,5 milhões entrarão nos próximos anos.

O setor privado respondeu por 41,5% e dos recursos captados nos seis primeiros meses do ano, com o total de 3,618 bilhões. As operações diretas e "club deals" (pequenos sindicatos fechados) do setor público garantiram a entrada de 2,988 bilhões (34,3% da captação global); os empréstimos sindicalizados, 919,5 milhões (10,5%); os organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (Bird), 797 milhões (9,1%); a venda de aceites cambiais vinculados ao Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), 305 milhões (3,5%) e a colocação de bônus atingiu 96,2 milhões no primeiro semestre.

Após a forte queda da captação externa em maio, o diretor do Banco Central observou que, "no mês passado, melhorou muito", embora o Brasil não tenha, outra vez, colocado empréstimo sindicalizado. A

melhora da captação decorreu da firme recuperação dos "club deals" e das operações diretas do setor público, com 549,9 milhões contratados no mês passado contra apenas 222,8 milhões em maio.

Madeira Serrano reconheceu que a ausência de operações sindicalizadas ainda reflete sequele da guerra no Atlântico Sul: por temer reação desfavorável do mercado, as estatais preferem esperar momento mais propício para a montagem de sindicatos, conforme as sondagens que realizam "em caráter permanente".

"Ilíquidez momentânea"

O diretor do Banco Central admitiu ainda que o conflito pelas Malvinas provocou a retração dos bancos regionais norte-americanos e "a ilíquidez momentânea" no euromercado, onde os grandes bancos passaram a tomar recursos a qualquer prazo "para formar um colchão de liquidez e deixaram o mercado um pouco seco, com o interbancário sem condições de proporcionar o roll-over dos depósitos de seis meses; muitos bancos passaram a captar por prazo de 15 a 30 dias".

Mas Madeira Serrano observou que o volume contratado pelo setor público constitui "indicador eloquente" da fase de recuperação do mercado financeiro internacional. Lembrou que a falta de emprésti-

mos sindicalizados foi compensada pelas operações diretas e "club deals", no espaço aberto junto aos bancos.

O setor privado manteve ritmo normal de captação, com o total de 505,5 milhões em junho, ao revelar maior resistência aos fatores de incerteza do mercado pelas suas características de envolver menor valor e decisão de um único banco. O Brasil ainda obteve, no mês passado, 350,8 milhões junto aos organismos internacionais e 195 milhões com a venda de aceites cambiais de exportação.

Para o diretor do Banco Central, o Brasil não enfrentará maiores dificuldades para captar os restantes 4 bilhões necessários ao ajuste do balanço de pagamentos deste ano, caso a balança comercial feche com superávit de 3 bilhões; ou 5 bilhões de captação, se o superávit comercial ficar em 2 bilhões, observou Madeira Serrano.

Disse ele ainda que os bancos não analisam a economia brasileira de forma isolada, "mas dentro de uma conjuntura internacional altamente desfavorável, em que os países industrializados também sofrem os efeitos dos altos juros e enfrentam a recessão econômica, e as nações de menor desenvolvimento oferecem um quadro negro". Por isso, assegurou que, dentro da ótica da comunidade financeira internacional, o Brasil continua a mostrar uma economia "altamente saudável" e, até o momento, "não houve sequer qualquer instigação de aumento do spread (taxa de risco acima dos juros básicos) pago pelo País".

As captações da Eletrobrás

O presidente da Eletrobrás, general Costa Cavalcanti, afirmou, ontem, que do total de 1,8 bilhão que a empresa pretende captar no Exterior, no corrente ano, perto de 1,6 bilhão já está contratado, incluindo-se a negociação, em fase final, de um empréstimo com bancos alemães para financiar a construção da hidrelétrica de Xingó, no Nordeste.